Colégio	Sala	Ordem
00001	0001	0001

Abril/2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Legislativo – Área Apoio Técnico-Administrativo
Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno
Caderno de Prova 'H08', Tipo 001	MODELO	TIPO-001

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO
0000000000000000	

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Entender o passado ajuda a melhorar o presente e o futuro.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.

  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte – parte do prefácio de um livro de sociologia em que o autor se dedicou ao estudo da cultura popular.

[Linguagens e culturas]

Este livro estuda as modificações que se deram na cultura das classes populares ao longo das últimas décadas, de modo especial aquelas que podem ser atribuídas à influência das publicações de massa. Creio que obteríamos resultados muito semelhantes caso tomássemos como exemplos algumas outras formas de comunicação, como o cinema, o rádio ou a televisão.

Penso que tenho sempre tentado dirigir-me principalmente ao "leitor comum" sério ou "leigo inteligente" de qualquer classe social. Não significa isto que eu tenha tentado adotar qualquer tom de voz específico, ou que tenha evitado o uso de quaisquer termos técnicos, para só empregar expressões banais. Escrevi tão claramente quanto o permitiu a minha compreensão do assunto, e apenas usei termos técnicos quando me pareceram susceptíveis de se tornarem úteis e sugestivos.

O "leigo inteligente" é uma figura vaga, e a popularização uma tarefa perigosa; mas parece-me que aqueles de nós que consideram uma urgente necessidade escrever para ele devem continuar a tentá-lo. Porque um dos mais nefastos aspectos da nossa condição cultural é a divisão entre a linguagem dos peritos e o nível extraordinariamente baixo daquela utilizada nos órgãos de comunicação de massa.

(Adaptado de: HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**. Trad. de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973.)

1. Ao introduzir um livro no qual estudará o efeito das publicações de massa sobre a cultura das classes populares, o autor preocupa-se, inicialmente, com

(A) a complexidade do tema, cuja importância pode até mesmo ser menosprezada por algum leitor preconceituoso, algum "leigo inteligente".

(B) a complexidade da linguagem a utilizar, uma vez que buscará evitar tanto uma terminologia técnica como expressões excessivamente simplificadoras.

(C) as controvérsias envolvidas na discussão do tema, divididas entre referendar ou negar o fenômeno de uma cultura de massa que seja autêntica.

(D) as controvérsias decorrentes de uma posição política extremada, pela qual se nega qualquer influência entre diferentes áreas da cultura.

(E) as polêmicas que levantará, entre leitores leigos, uma linguagem fatalmente limitada pelo apuro de uma terminologia técnica.

---

2. Considerando-se o contexto, deve-se entender que

(A) os dois casos de emprego das aspas (2º parágrafo) justificam-se pelo fato de buscar o autor a criação de um efeito de sentido altamente irônico.

(B) o segmento *resultados muito semelhantes* (1º parágrafo) deixa ver que o autor está se referindo a pesquisas que ele já realizou, com conclusões taxativas.

(C) o segmento *tão claramente quanto o permitiu* (2º parágrafo) ressalta a fatalidade de escrever um livro para leigos numa linguagem inevitavelmente imprópria.

(D) a frase *e a popularização uma tarefa perigosa* (3º parágrafo) faz subentender a forma verbal **é** da frase anterior.

(E) o pronome sublinhado no segmento *continuar a tentá-lo* (3º parágrafo) faz referência a "leigo inteligente", no início do período.

---

3. Ao optar precisamente pelo nível de linguagem que adotou em seu livro, o autor manifesta a esperança de que

(A) a supressão de qualquer terminologia técnica faça com que seu tema fique mais preciso para os responsáveis pelas publicações de massa.

(B) o "leitor comum" ou mesmo o "leigo inteligente" sejam capazes de compreender o rigor com que os termos técnicos foram multiplicadamente empregados.

(C) o uso incontornável de esporádicos termos especializados acabe por fazê-los compreensíveis e proveitosos para o leitor comum.

(D) a adesão a uma terminologia altamente técnica redunde em algum benefício para os leitores mais afeitos às questões a serem analisadas.

(E) a profundidade de sua análise sociológica compense o esforço que o leitor haverá de fazer para absorver toda a terminologia técnica.

4. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:

(A) As modificações da cultura popular (**constituir**) o centro da preocupação desse livro de Richard Hoggart.

(B) O autor do livro deseja que a linguagem de seus estudos (**propiciar**) aos seus leitores revelações sobre a cultura das classes populares.

(C) A popularização preocupa o autor porque muitos estudos se tornam simplórios devido à simplificação excessiva a que se (**submeter**).

(D) O pesquisador acredita que um dos mais negativos aspectos da nossa civilização está no abismo que (**permear**) as linguagens.

(E) Quem estuda os diferentes níveis de manifestações culturais propõe-se a reconhecer os distintos valores com os quais se (**instituir**) uma cultura complexa.

5. Há construção na **voz passiva** e adequada correlação **entre os tempos verbais** na frase:

(A) Resultados muito semelhantes ao dessa pesquisa seriam encontrados caso o foco de análise incidisse sobre outros meios de comunicação.

(B) Essa pesquisa teria chegado a resultados semelhantes desde que o foco não deixe de incidir sobre a linguagem dos outros meios de comunicação.

(C) Dispondo-se a vir fazer uma boa análise de outras formas de comunicação, o pesquisador terá encontrado resultados semelhantes.

(D) Quando outras análises incidirem sobre outros meios de comunicação, seria possível chegar a resultados não muito diferentes destes.

(E) Por haver-se dedicado sobretudo ao estudo da linguagem da imprensa, o de outros meios de comunicação não foi conclusivo.

6. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

(A) Ser contra a linguagem excessivamente técnica é uma preocupação desse pesquisador, uma vez que lhe prefere a linguagem mais fluente da fala comum.

(B) O autor considera haver um fosso entre a linguagem especialista e a comum, conquanto não confundam-se quando se busca especificá-las.

(C) O fato de haver a linguagem dos peritos e a linguagem dos leigos acabam por produzir um atrito de competências e interferindo nas conclusões das pesquisas.

(D) Não há razão para se adotar uma linguagem excessivamente técnica, se o interesse maior de uma pesquisa for o de atingir os leigos nela interessados.

(E) O fato de se empregar termos abusivamente especializados implica em afastar de uma pesquisa aqueles que, por outro lado, lhe pudessem melhor aproveitar.

Atenção: As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Juventude e história

Eric Hobsbawm (1917-2012) foi um dos maiores historiadores da era moderna. Longevo, viveu como também sua praticamente toda a história do século XX. É dele este importante fragmento, que vale como uma advertência:

"A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio."

(Adaptado de: **Era dos extremos** – O breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.)

7. A **advertência** de Hobsbawm, indicada para o fragmento citado, seria a de que

(A) as experiências valorizadas apenas em seu próprio presente, visto como perpétuo, acabam por desconsiderar todo e qualquer sentido do passado.

(B) os historiadores devem reconhecer que sua importância é diretamente proporcional à importância que se dê ao tempo das experiências contemporâneas.

(C) o passado público, com seu conjunto de experiências, só terá sentido caso seja compreendida a interpretação que lhes deram os antigos historiadores.

(D) os jovens do final do século XX perderam sua relação orgânica com os tempos passados em razão do descrédito em que caíram os historiadores da época.

(E) as experiências pessoais só alcançam algum sentido quando o historiador, em função de seu ofício, vincula-as às experiências de um passado mais remoto.

8. Considerando-se o contexto e a construção do texto, observa-se que

(A) a expressão *como também sua* equipara a experiência de Hobsbawm à dos jovens do final do século.

(B) a objetividade de um historiador não exclui toda e qualquer valoração subjetiva, como no caso do emprego do adjetivo *lúgubres*, aplicado a *fenômenos*.

(C) os travessões empregados no fragmento citado têm por função enfatizar uma ***contradição*** nos argumentos levantados pelo próprio autor.

(D) o termo *Longevo*, no início de um período do primeiro parágrafo, deve ser entendido como equivalente a ***Para ter vida longa***.

(E) o elemento *Por isso,* iniciando o período final do fragmento, refere-se à perda de importância sofrida pelos historiadores contemporâneos.

---

9. No segmento *Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem*, o segmento sublinhado pode ser substituído com correção e coerência por

(A) de cuja missão propõe-se a lembrar o que é esquecido.

(B) em cujo mister consta o de lembrar o esquecido.

(C) que têm por propósito reavivar o que é esquecido.

(D) de quem o papel é rever o passado esquecido.

(E) a cuja responsabilidade está em lembrar o esquecido.

---

10. Está plenamente adequada a **pontuação** do seguinte período:

(A) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno talvez não pudesse com a mesma autoridade, dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou como Era dos extremos.

(B) Tivesse vivido muito menos, Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno, talvez não pudesse, com a mesma autoridade, dar seu testemunho sobre esse período histórico, que batizou como Era dos extremos.

(C) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno, talvez não pudesse – com a mesma autoridade – dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou: como Era dos extremos.

(D) Tivesse vivido, muito menos, Eric Hobsbawm – esse grande historiador moderno, talvez não pudesse, com a mesma autoridade, dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou – como Era dos extremos.

(E) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm – esse grande historiador moderno – talvez não pudesse com, a mesma autoridade, dar seu testemunho sobre esse período histórico que batizou como Era dos extremos.

Atenção: As questões de números 11 a 14 referem-se ao texto seguinte.

No voo da caneta

Numa das cartas ao amigo Mário de Andrade, assegurava-lhe o poeta Carlos Drummond de Andrade que era com uma caneta na mão que vivia suas maiores emoções. Comentando isso com um jovem aluno, entrevi sua discreta expressão de piedade por aquele poeta sitiado e infeliz, homem de gabinete que não se atirou à vida. Não tive como lhe dizer, naquele momento, que entre as tantas formas de se atirar à vida está a de se valer de uma caneta para perseguir poemas e achar as falas humanas mais urgentes e precisas, essenciais para quem as diz, indispensáveis para quem as ouve, vivas para além do tempo e do espaço imediatos.

(Joelson Figueiredo, *inédito*)

11. A discreta mas expressiva reação do aluno ao comentário do professor sobre uma confissão do poeta Carlos Drummond de Andrade mostra que o estudante acreditava que

(A) o sentido da poesia não se confunde com os grandes sofrimentos por que passa um poeta nos combates da vida.

(B) o artista é invariavelmente uma pessoa alienada, porque se recusa a experimentar grandes emoções, mesmo as imaginárias.

(C) a arte é mais intensa do que a vida, por isso um artista deve entregar-se àquela sem qualquer concessão às circunstâncias da rotina.

(D) a expressão literária não traduz emoções verdadeiras, só vivenciadas pelos que se dispõem a enfrentar a força das experiências.

(E) o poeta intimidado pela vida é incapaz de registrar suas emoções, uma vez que o talento artístico nasce da coragem pessoal.

12. Considerando-se o contexto, o segmento *entrevi sua discreta expressão de piedade* ganha nova redação, na qual se mantém seu sentido básico, no enunciado

(A) constatei sua íntima disposição sentimental.
(B) percebi seu contido sentimento de adesão.
(C) absorvi uma implícita reação de sua nostalgia.
(D) dei pela sua reservada impressão solidária.
(E) divisei sua refreada manifestação de compadecimento.

13. É clara e correta a redação desta nova forma que se deu a uma frase do texto:

(A) Asseverava-lhe numa de suas cartas o poeta Drummond ao amigo Mário de Andrade de que lhe brotava de uma caneta as mais inecedíveis emoções.

(B) As máximas emoções imergiam-lhe vivamente de uma caneta a mão, garantia-lhe numa carta a seu amigo Mário de Andrade o poeta Drummond.

(C) Confessava Drummond numa carta a Mário de Andrade seu amigo, que imbuía sua caneta às emoções máximas e vívidas que lhe invadiam.

(D) Era através de uma caneta, confessava o poeta Drummond numa carta, a seu amigo Mário de Andrade que o tomavam conta as emoções maiores.

(E) Numa carta a Mário de Andrade, seu amigo, garantia-lhe o poeta Drummond que com a mão numa caneta é que vivia suas emoções mais intensas.

14. Na construção *Comentando isso com um jovem aluno*, *entrevi,* as ações expressas pelas formas sublinhadas

(A) compõem-se como uma simultaneidade.
(B) apresentam-se como um efeito seguido de sua causa.
(C) manifestam uma ideia de condicionalidade.
(D) sugerem decisões alternativas.
(E) articulam-se numa relação de finalidade.

Noções de Direito Constitucional

15. Considere as seguintes proposições:

I. A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

II. Por representarem manifestação do poder constituinte, as emendas à Constituição não estão sujeitas a limitações materiais, mas apenas a limitações processuais ou formais.

III. A Constituição somente poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República ou de qualquer membro do Congresso Nacional.

IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

À luz do disposto na Constituição da República, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e IV.
(B) II e III.
(C) I e II.
(D) I e III.
(E) II e IV.

16. João, Governador do Estado X, faleceu no primeiro ano do seu mandato, sendo sucedido por José, que havia sido eleito Vice-Governador. Ao fim do mandato em que sucedeu João, José se elegeu Governador do Estado X. Com a proximidade do encerramento desse novo mandato, entendendo que ainda possui muitos projetos para realizar, José almeja se candidatar à reeleição. À luz da Constituição da República, a reeleição pretendida por José

(A) não é possível, uma vez que José já exerceu por duas vezes consecutivas o mandato de Governador, embora ele possa candidatar-se ao cargo de Vice-Governador na referida eleição, na medida em que ainda não foi reeleito para esse cargo.

(B) é possível, uma vez que no primeiro mandato José foi eleito Vice-Governador, e não Governador; deverá, contudo, renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.

(C) não é possível, uma vez que, já tendo ocupado o cargo em dois mandatos, José está impedido de, ainda que futuramente, voltar a ser Governador do Estado X.

(D) é possível, uma vez que no primeiro mandato José foi eleito Vice-Governador, e não Governador, não sendo necessário renunciar ao respectivo mandato para concorrer à reeleição.

(E) não é possível, uma vez que, ao suceder João, José passou a exercer seu primeiro mandato como titular do cargo de Governador, de maneira que somente poderia ser reeleito para um único período subsequente, o que já ocorreu.

Noções de Direito Administrativo

17. A Administração pública possui algumas prerrogativas inerentes às suas funções, que lhe permitem agir, em alguns casos, de modo a sobrepor a vontade dos particulares, em prol do atendimento do interesse público. Nesse sentido, considera-se exemplo dessa prerrogativa o poder de

(A) revogar licitações, por razões de conveniência e oportunidade e para atendimento do interesse público, sempre que se identificar ilegalidades nos procedimentos.

(B) limitar o direito de particulares, discricionariamente, sempre que a situação de fato demonstrar essa necessidade, independentemente de previsão legal.

(C) alterar unilateralmente os contratos administrativos, por motivos de interesse público, mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(D) editar decretos autônomos para disciplinar matérias em tese, com efeitos gerais e abstratos, diante de lacunas legais.

(E) criar pessoas jurídicas como forma de desconcentração das atividades da Administração pública.

---

18. O processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/99, possui algumas características, expressamente previstas, que podem diferenciá-lo dos processos judiciais, a exemplo da

(A) facultatividade da observância do direito de defesa e do contraditório, que pode ficar para o momento final, após a decisão.

(B) possibilidade de se movimentar de ofício, independentemente de manifestação ou requerimento dos interessados.

(C) coisa julgada, que demanda concordância das partes para que possa produzir efeitos.

(D) instância recursal, que demanda expressa previsão na lei, sob pena de não haver autorização para tanto.

(E) impossibilidade de instrução processual com prova testemunhal, restrita ao processo judicial.

Legislação Institucional

19. De acordo com a Constituição Estadual de Sergipe, o Deputado desse Estado NÃO poderá, dentre outras hipóteses,

(A) manter contrato com autarquia, inclusive quando o contrato obedecer cláusulas uniformes, desde a posse.

(B) firmar contrato com pessoa jurídica de direito público, inclusive quando o contrato obedecer cláusulas uniformes, desde a posse.

(C) exercer função remunerada em empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, desde a posse.

(D) patrocinar causas em que sejam interessadas empresas públicas, desde a expedição do diploma.

(E) ser titular de mais de dois cargos ou mandatos eletivos federal, estadual ou municipal, desde a expedição do diploma.

---

20. Suponha que certo Deputado da Assembleia Legislativa de Sergipe pretenda obter licença para desempenhar missão temporária de caráter cultural. Nesse caso, de acordo com o Regimento Interno da ALESE, o pedido de licença será

(A) concedido pela Mesa Diretora e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.

(B) concedido pelo Presidente da Assembleia, na forma regimental e, para efeito de remuneração, considerar-se-á como no exercício do mandato o Deputado licenciado.

(C) submetido ao Plenário da Assembleia e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.

(D) concedido pelo Presidente da Assembleia, na forma regimental e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.

(E) submetido ao Plenário da Assembleia e, para efeito de remuneração, considerar-se-á, como no exercício do mandato o Deputado licenciado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral

21. O balancete de verificação da Cia. de Pimentas apresentava, em 31/12/2017, as seguintes contas e seus respectivos saldos, em reais:

Depósitos Bancários	180.000,00	Duplicatas a Receber de Clientes	170.000,00
Direitos Autorais	50.000,00	Capital Social	150.000,00
Empréstimos Obtidos	70.000,00	Reserva Legal	10.000,00
Salários a Pagar	25.000,00	Adiantamento a Fornecedores	45.000,00
Veículos	125.000,00	Depreciação Acumulada	25.000,00
Receita de Vendas	480.000,00	Despesas Pagas Antecipadamente	30.000,00
Despesa de Depreciação	20.000,00	IR e CSLL a pagar	20.000,00
Despesa de Salário	15.000,00	Custo das Mercadorias Vendidas	180.000,00
Despesa com Vendas	14.000,00	Reserva Estatutária	25.000,00
Ações em Tesouraria	10.000,00	Despesa de IR e CSLL	20.000,00
Adiantamento de Clientes	40.000,00	Reserva de Incentivos Fiscais	14.000,00

Com base nessas informações e assumindo que não ocorrerá distribuição de dividendos, o total do Patrimônio Líquido da Cia. de Pimentas apresentado em seu Balanço Patrimonial, em 31/12/2017, foi, em reais,

(A) 209.000,00.
(B) 410.000,00.
(C) 420.000,00.
(D) 440.000,00.
(E) 390.000,00.

---

22. A tabela a seguir apresenta as participações societárias que a Cia. Investe em Tudo detém das empresas investidas, Cias. **A**, **B** e **C**, bem como o resultado líquido que cada uma destas empresas investidas apurou em 2017, em reais:

Cia.	Relação das investidas com a Cia. Investe em Tudo	Percentual de participação no Capital Total de cada investida	Resultado das investidas no ano de 2017
A	Coligada	40%	200.000,00
B	Controlada	60%	(400.000,00)
C	Sem influência significativa	5%	100.000,00

As Cias. **A**, **B** e **C** possuíam apenas ações ordinárias e não existiam resultados não realizados entre a Cia. Investe em Tudo e suas investidas. Com base nestas informações, o Resultado de Equivalência Patrimonial apurado pela Cia. Investe em Tudo, em 2017, foi, em reais,

(A) 80.000,00 positivo.
(B) 160.000,00 negativo.
(C) 155.000,00 negativo.
(D) 320.000,00 positivo.
(E) 85.000,00 positivo.

---

23. Durante o ano de 2017 a Cia. Carnavalesca realizou algumas transações com mercadorias e o seu Balancete de verificação apresentava, em 31/12/2017, os saldos das seguintes contas, entre outras, em reais:

Receita Bruta de Vendas	500.000,00
Impostos sobre Vendas	80.000,00
Descontos Financeiros Concedidos	10.000,00
Comissões sobre Vendas	15.000,00
Devolução de Vendas	25.000,00
Abatimentos sobre Vendas	8.000,00
Fretes sobre Vendas	35.000,00

O valor das compras de estoque realizadas no ano de 2017 foi R$ 220.000,00, o valor dos estoques de produtos, em 31/12/2016, era R$ 50.000,00 e, em 31/12/2017, o saldo de estoque apresentava o valor de R$ 40.000,00. Com base nestas informações, o Lucro Bruto apurado pela Cia. Carnavalesca no ano de 2017 foi, em reais,

(A) 157.000,00.
(B) 190.000,00.
(C) 177.000,00.
(D) 122.000,00.
(E) 107.000,00.

24. Considere as seguintes informações sobre a Cia. Verde & Azul correspondentes ao ano de 2017:

- A empresa apurou o lucro líquido de R$ 350.000,00.
- Destinação do Lucro do Período:
  - Constituição de Reserva Legal no valor de R$ 15.000,00.
  - Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R$ 30.000,00.
  - Distribuição de Dividendos Obrigatórios no valor de R$ 105.000,00.
- Foi realizado aumento do Capital Social no valor total de R$ 100.000,00, sendo R$ 40.000,00 com incorporação de Reservas de Lucros e R$ 60.000,00 com um terreno.
- Aquisição de ações de emissão da própria Cia. Verde & Azul por R$ 80.000,00 à vista.

Após o reconhecimento destas operações, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) de 2017 evidenciou um aumento no Patrimônio Líquido da Cia. Verde & Azul no valor total de, em reais,

(A) 245.000,00.

(B) 345.000,00.

(C) 305.000,00.

(D) 385.000,00.

(E) 225.000,00.

---

25. Sobre a empresa Gama, considere:

Informação	
Passivo Circulante	R$ 400,00
Composição do Endividamento	40%
Grau de Endividamento (participação de capitais de terceiros em relação ao PL)	80%
Retorno sobre o PL	20%

Com base nessas informações, é correto afirmar que

(A) o passivo não circulante da empresa é igual a R$ 1.000,00.

(B) o patrimônio líquido da empresa é igual a R$ 1.000,00.

(C) o lucro líquido da empresa é igual a R$ 200,00.

(D) o total de recursos de terceiros é igual a R$ 600,00.

(E) o lucro líquido da empresa é igual a R$ 250,00.

---

26. A Cia. Papa Legus possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil de R$ 1.200.000,00 era composto dos seguintes valores em reais:

Custo de Aquisição 1.500.000,00

Perda por Desvalorização ..... (300.000,00)

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o teste de recuperabilidade do ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Valor em uso 1.100.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda 1.600.000,00

As evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida.

Com base nestas informações, a Cia. Papa Legus, em dezembro de 2017,

(A) não fez nenhum registro.

(B) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 100.000,00.

(C) reconheceu um ganho no valor de R$ 400.000,00.

(D) reconheceu um ganho no valor de R$ 300.000,00.

(E) reconheceu um ganho no valor de R$ 100.000,00.

27. A Cia. Liquidez é uma empresa comercial e apresentava as seguintes demonstrações contábeis, com os valores expressos em reais:

Balanços Patrimoniais

Ativo	31/12/2016	31/12/2017	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2016	31/12/2017
Ativo Circulante			**Passivo Circulante**		
Disponível	290.000	309.000	Fornecedores	76.000	150.000
Duplicatas a Receber	50.000	86.000	Salários a Pagar	20.000	15.000
Estoques	36.000	50.000			
			Passivo Não Circulante		
Ativo Não Circulante			Empréstimos	130.000	140.000
Imobilizado					
Terreno	50.000	-	**Patrimônio Líquido**		
Equipamentos	-	200.000	Capital Social	200.000	200.000
Depreciação Acumulada		(20.000)	Reservas de Lucros	-	120.000
Total do Ativo	**426.000**	**625.000**	**Total do Passivo + PL**	**426.000**	**625.000**

Demonstração do Resultado – 01/01/2017 a 31/12/2017

Receita de Vendas	320.000
(–) Custo dos Produtos Vendidos	(110.000)
(=) Lucro Bruto	**210.000**
(–) Despesas Operacionais	
Despesas com Salários	(30.000)
Despesas com Aluguel	(15.000)
Despesas de depreciação	(20.000)
(+) Outros resultados	
Prejuízo na venda do terreno	(12.000)
(=) Lucro antes do resultado financeiro	**133.000**
(–) Despesas financeiras (juros)	(6.000)
(=) Lucro antes do IR e CSLL	**127.000**
(–) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(7.000)
(=) Lucro Líquido	**120.000**

Sabendo-se que as despesas com juros não foram pagas e que o terreno foi vendido à vista, o fluxo de caixa decorrente das Atividades Operacionais gerado em 2017 foi, em reais,

(A) 146.000,00.
(B) 177.000,00.
(C) 165.000,00.
(D) 159.000,00.
(E) 139.000,00.

28. A Cia. Desenrola está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/2016, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	400.000	Provável
Fiscal I	220.000	Provável
Cível	100.000	Possível

Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2017, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	300.000	Provável
Fiscal I	280.000	Provável
Fiscal II	320.000	Possível
Cível	140.000	Provável
Ambiental	170.000	Remota

Com base nas informações, o impacto no resultado de 2017 decorrente da reavaliação dos processos judiciais foi, em reais,

(A) 100.000,00 negativo.
(B) 720.000,00 negativo.
(C) 40.000,00 positivo.
(D) 320.000,00 negativo.
(E) 580.000,00 negativo.

29. A Cia. Só Lenha adquiriu, em 31/12/2014, um equipamento por R$ 1.120.000,00, à vista. A vida útil econômica estimada para o equipamento, na data de aquisição, era 12 anos e o valor residual esperado era R$ 160.000,00. Em 01/01/2016, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento e determinou que a vida útil remanescente seria 10 anos e o novo valor residual era R$ 80.000,00. Com base nestas informações, o valor contábil evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Só Lenha, em 31/12/2017, foi, em reais,

(A) 640.000,00.

(B) 728.000,00.

(C) 808.000,00.

(D) 848.000,00.

(E) 768.000,00.

---

30. A Cia. de Comércio Violeta, ao adquirir mercadorias para revenda, pagou os seguintes valores em reais:

Valor das Mercadorias (sem impostos)	200.000,00
Seguro para Transporte até a empresa	3.000,00
Frete para Transporte até a empresa	10.000,00
Tributos Recuperáveis	25.000,00
Tributos não Recuperáveis	14.000,00

Sabendo que a Cia. revendeu todas estas mercadorias por R$ 440.000,00, mas concedeu um desconto de 10% no momento da venda, o custo das mercadorias vendidas e o lucro bruto apurados pela Cia. de Comércio Violeta foram, respectivamente, em reais,

(A) 213.000,00 e 183.000,00.

(B) 227.000,00 e 144.000,00.

(C) 227.000,00 e 169.000,00.

(D) 238.000,00 e 144.000,00.

(E) 238.000,00 e 158.000,00.

Contabilidade Pública

31. Uma entidade pública apresentou, em 31/12/2017, o saldo de R$ 1.150.000,00 na conta contábil 3.1.2.1.2.00.00. De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o saldo da conta, pertencente à classe

(A) Ativo, não foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.

(B) Variações Patrimoniais Aumentativas, não foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.

(C) Variações Patrimoniais Diminutivas, não foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.

(D) Variações Patrimoniais Aumentativas, foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.

(E) Variações Patrimoniais Diminutivas, foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.

---

32. Em 16/10/2017, um processo judicial foi instaurado contra determinada entidade pública, sendo que o departamento jurídico da referida entidade classificou como provável a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, cujo valor de R$ 35.000,00 foi estimado confiavelmente nesta data. Em 08/01/2018, houve a decisão judicial referente ao processo instaurado em 16/10/2017 e tal entidade pública ficou obrigada a liquidar a obrigação em 05/02/2018 pelo valor total fixado em R$ 40.000,00. O valor estimado da obrigação, em 08/01/2018, antes da decisão judicial, continuava em R$ 35.000,00. Assim, em 08/01/2018, ocorreu uma variação patrimonial diminutiva no valor de, em reais,

(A) 5.000,00, sendo que em 16/10/2017 uma provisão foi reconhecida.

(B) 5.000,00, sendo que em 16/10/2017 um passivo contingente foi reconhecido.

(C) 40.000,00, sendo que em 16/10/2017 uma provisão foi reconhecida.

(D) 40.000,00, sendo que em 16/10/2017 um passivo contingente foi reconhecido.

(E) 40.000,00, sendo que em 16/10/2017 um passivo permanente foi reconhecido.

Atenção: Para responder às questões de números 33 e 34, considere as informações a seguir e as determinações do *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.*

Em 01/02/2017, o ordenador de despesa de uma entidade pública empenhou despesa referente à aquisição de um veículo para o uso da entidade em suas atividades. Em 01/03/2017, o veículo foi entregue pelo fornecedor e colocado em uso e, nesta data, a vida útil econômica e o valor residual foram estimados, respectivamente, em 5 anos e R$ 8.000,00. Os valores referentes à aquisição do veículo foram:

- Preço de compra do veículo: R$ 72.000,00,
- Desconto obtido na compra do veículo: R$ 4.000,00.

A liquidação da despesa pelo valor total devido ao fornecedor ocorreu na data da entrega do veículo, 01/03/2017, e em 31/03/2017 a despesa foi paga pelo valor total da despesa processada. Para o cálculo da despesa de depreciação, a entidade pública utiliza o método das quotas constantes.

33. O reconhecimento inicial do veículo, no Balanço Patrimonial da entidade, foi realizado em

(A) 01/02/2017, pelo valor total de R$ 68.000,00.

(B) 01/02/2017, pelo valor total de R$ 72.000,00.

(C) 01/03/2017, pelo valor total de R$ 68.000,00.

(D) 01/03/2017, pelo valor total de R$ 72.000,00.

(E) 31/03/2017, pelo valor total de R$ 72.000,00.

---

34. A redução no resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2017 foi, em reais,

(A) 8.000,00.

(B) 9.200,00.

(C) 10.000,00.

(D) 11.000,00.

(E) 12.000,00.

---

35. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o registro contábil do reconhecimento do direito da entidade pública quanto à concessão de suprimento de fundos altera o saldo do

(A) Ativo Permanente.

(B) Ativo não Circulante.

(C) Passivo Permanente.

(D) Passivo não Circulante.

(E) Resultado Patrimonial.

---

36. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Inscrição de Restos a Pagar não Processados é evidenciada no Balanço Financeiro de uma entidade pública como

(A) Receita Orçamentária.

(B) Despesa Orçamentária.

(C) Transferências Financeiras Concedidas.

(D) Pagamentos Extraorçamentários.

(E) Recebimentos Extraorçamentários.

---

37. Em janeiro de 2018, uma entidade pública reconheceu R$ 3.000,00 referentes a Ajuste de Perdas de Estoques. Para o registro contábil de tal fato, a entidade pública utilizou contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público das classes

(A) 1 e 3, sendo ambas as classes pertencentes à natureza da informação patrimonial.

(B) 1 e 3, sendo a primeira classe de natureza da informação patrimonial e a segunda de resultado.

(C) 2 e 3, sendo a primeira classe de natureza da informação patrimonial e a segunda de resultado.

(D) 2 e 4, sendo ambas as classes pertencentes à natureza da informação patrimonial.

(E) 2 e 4, sendo a primeira classe de natureza da informação patrimonial e a segunda de resultado.

38. Em 04/01/2018, o ordenador de despesa de uma entidade pública emitiu empenho no valor de R$ 5.000,00 para a contratação de serviços de terceiros – pessoa jurídica para efetuar a manutenção dos elevadores do prédio. Em 11/01/2018, a manutenção dos elevadores foi realizada pelo prestador do serviço e, nesta mesma data, ocorreu a liquidação da despesa pelo valor total da despesa empenhada, sendo que o pagamento foi realizado em 30/01/2018 pelo valor total da despesa liquidada. Assim, o impacto no resultado de execução orçamentária, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, e no resultado patrimonial da entidade pública ocorreram, respectivamente, em

(A) 04/01/2018 e 04/01/2018.
(B) 04/01/2018 e 11/01/2018.
(C) 04/01/2018 e 30/01/2018.
(D) 11/01/2018 e 11/01/2018.
(E) 11/01/2018 e 30/01/2018.

39. De acordo com o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, correspondem, respectivamente, a um ingresso do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento e a um desembolso do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa de um ente federado as movimentações de caixa decorrentes de

(A) amortização de empréstimos e financiamentos concedidos; aquisição de ativo não circulante.
(B) integralização de capital social de empresas não dependentes; aquisição de ativo não circulante.
(C) alienação de bens imóveis; aquisição de ativo intangível.
(D) contribuições de melhoria; amortização da dívida flutuante.
(E) amortização de empréstimos e financiamentos concedidos; amortização da dívida fundada.

40. Em fevereiro de 2018, uma entidade pública adquiriu um bem móvel com o intuito de utilizá-lo na execução das suas atividades e, no reconhecimento inicial, os registros contábeis tiveram por base o seu custo histórico de R$ 320.000,00. De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, o custo histórico utilizado pela entidade pública é

(A) uma base de mensuração do passivo a valor de saída.
(B) a única base de mensuração do ativo a valor de entrada.
(C) uma base de mensuração não específica para a entidade.
(D) uma das bases de mensuração do ativo.
(E) a única base de mensuração do ativo a valor de saída.

Administração Financeira e Orçamentária

41. Um suprimento de fundos foi concedido a um servidor de uma entidade pública para custear despesas com passagens e locomoção, sendo que o empenho da despesa ocorreu em 11/09/2017, a liquidação e o reconhecimento do direito da entidade em 12/09/2017 e o pagamento ao suprido em 15/09/2017. O valor total do suprimento de fundos foi utilizado em 26/09/2017 e a prestação de contas foi realizada pelo suprido em 29/09/2017. Assim, o registro contábil referente ao fato ocorrido em 11/09/2017 originou

(A) a realização de uma despesa orçamentária.
(B) a ocorrência de uma despesa extraorçamentária.
(C) o reconhecimento de uma variação patrimonial diminutiva.
(D) o reconhecimento de um passivo circulante.
(E) o reconhecimento de um ativo permanente.

42. Considere os seguintes dados de uma entidade pública referentes a despesas empenhadas no mês de novembro de 2017 classificadas quanto à natureza da despesa orçamentária:

Despesas	Valores em reais
4.4.40.51	710.890.000,00
4.4.90.51	4.900.600.000,00

Os empenhos emitidos no mês de novembro de 2017 possuem a mesma classificação quanto

(A) à função e elemento de despesa.
(B) à categoria econômica e função.
(C) à categoria econômica e modalidade de aplicação.
(D) ao grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.
(E) ao grupo de natureza da despesa e elemento de despesa.

Atenção: Para responder às questões de números 43 e 44, considere as seguintes informações.

Essas informações foram extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública e são referentes às transações ocorridas no mês de novembro de 2017:

- Empenho de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa física, contratados para a manutenção dos elevadores do edifício-sede da entidade no valor de R$ 3.000,00. A despesa empenhada, pelo seu valor total, foi liquidada em dezembro de 2017 e paga em janeiro de 2018.
- Empenho de despesa com serviços de terceiros – pessoa física, contratados para a limpeza do edifício-sede da entidade no valor de R$ 10.000,00. A despesa empenhada, pelo seu valor total, foi liquidada e paga em janeiro de 2018.
- Empenho e liquidação de despesa referente a diárias no valor de R$ 19.000,00. A despesa empenhada e liquidada, foi paga, pelo seu valor total, em janeiro de 2018.
- Empenho e liquidação de despesa com a aquisição de um veículo no valor de R$ 60.000,00, sendo que o veículo foi entregue pelo fornecedor e colocado em uso no dia 30/11/2017, data em que houve a liquidação da despesa. A despesa empenhada foi paga, pelo seu valor total, em janeiro de 2018.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com pessoal e encargos sociais referente ao mês de novembro de 2017 no valor de R$ 700.000,00.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com auxílio-transporte aos servidores referente ao mês de novembro de 2017 no valor de R$ 20.000,00.
- Reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de bem móvel no valor de R$ 5.000,00 no dia 30/11/2017.
- Reconhecimento da depreciação dos imóveis no valor de R$ 15.000,00 referente ao mês de novembro de 2017.

43. Com base nessas transações tomadas em conjunto, os restos a pagar processados e não processados inscritos em 31/12/2017 foram, respectivamente, em reais,

(A) 10.000,00 e 82.000,00.

(B) 15.000,00 e 802.000,00.

(C) 82.000,00 e 10.000,00.

(D) 720.000,00 e 30.000,00.

(E) 802.000,00 e 30.000,00.

---

44. Com base nessas transações tomadas em conjunto e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o total da despesa orçamentária realizada no mês de novembro de 2017 classificada na categoria econômica Despesas de Capital foi, em reais,

(A) 20.000,00.

(B) 60.000,00.

(C) 75.000,00.

(D) 80.000,00.

(E) 93.000,00.

---

45. Em 26/01/2018, uma entidade pública estadual recebeu recursos financeiros destinados a atender despesas com inversões financeiras no valor de R$ 85.000,00, cujo transferidor foi um órgão integrante do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo. De acordo com as determinações do *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, a transação realizada em 26/01/2018 gerou uma transferência que deve ser classificada, na entidade recebedora, como Receitas

(A) Correntes Interorçamentárias.

(B) Correntes Intraorçamentárias.

(C) de Capital Interorçamentárias.

(D) de Capital Intraorçamentárias.

(E) de Capital Intergovernamentais.

46. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o Balanço Orçamentário deve especificar, por categoria econômica, as receitas por

(A) fonte e as despesas por grupo de natureza, sendo que tal demonstrativo compõe o Relatório de Gestão Fiscal que deve ser publicado ao final de cada quadrimestre.

(B) fonte e as despesas por grupo de natureza, sendo que tal demonstrativo compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária que deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

(C) fonte e as despesas por elemento de despesa, sendo que tal demonstrativo compõe o Relatório de Gestão Fiscal que deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

(D) origem e as despesas por elemento de despesa, sendo que tal demonstrativo compõe o Relatório de Gestão Fiscal que deve ser publicado ao final de cada quadrimestre.

(E) origem e as despesas por elemento de despesa, sendo que tal demonstrativo compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária que deve ser publicado ao final de cada quadrimestre.

---

47. O Tribunal de Contas, ao julgar as contas de uma determinada entidade pública referente ao exercício financeiro de 2016, constatou uma impropriedade de natureza formal em sua prestação de contas, mas que não resultou dano ao Erário. Assim, de acordo com a Lei nº 8.443/1992, as contas serão julgadas pelo Tribunal de Contas como

(A) regular com ressalva.

(B) regular.

(C) irregular.

(D) inconsistentes.

(E) impróprias.

---

48. O relatório de gestão de um ente público referente ao exercício financeiro de 2017 afirma que houve a descentralização de créditos orçamentários no valor de R$ 590.000,00 em um dos seus órgãos denominada destaque. Assim, ocorreu uma descentralização

(A) interna, sendo que as classificações da despesa quanto à categoria econômica e origem devem ser respeitadas.

(B) interna, sendo que as classificações da despesa quanto à origem e espécie podem ser alteradas.

(C) interna, sendo que a classificação funcional da despesa e a estrutura programática podem ser alteradas.

(D) externa, sendo que a classificação funcional da despesa e a estrutura programática podem ser alteradas.

(E) externa, sendo que a classificação funcional da despesa e a estrutura programática devem ser respeitadas.

---

49. Em novembro de 2017, uma determinada Assembleia Legislativa verificou que a dotação orçamentária remanescente no crédito orçamentário destinado à realização de reformas no complexo de imóveis da entidade era insuficiente para o empenho de despesa para essa finalidade. Assim, de acordo com as determinações do *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, para a execução da despesa com reforma, em novembro de 2017, pela Assembleia Legislativa foi necessária a abertura de créditos adicionais

(A) complementares.

(B) extraorçamentários.

(C) suplementares.

(D) extraordinários.

(E) especiais.

---

50. Em janeiro de 2018, o ordenador de despesa de uma determinada entidade pública realizou o empenho de despesa referente ao consumo de energia elétrica da entidade, cujo montante exato da despesa não foi possível ser determinado previamente. De acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964 e com o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, em janeiro de 2018, foi utilizado o empenho

(A) global.

(B) ordinário.

(C) aproximado.

(D) estimativo.

(E) por projeção.

Auditoria

51. De acordo com a NBCTA 240, que regula a Responsabilidade do Auditor em relação à fraude, no contexto da Auditoria das Demonstrações Contábeis, as distorções nestas demonstrações

(A) podem originar-se de fraude leve ou de fraude grave, sendo que o fator que distingue uma da outra é que a fraude grave é dolosa, enquanto que a fraude leve não o é.

(B) só podem originar-se de fraude leve, de fraude grave ou de erro inescusável, sendo que na fraude grave há dolo, na fraude leve não há dolo, mas há culpa grave, e no erro há culpa leve.

(C) só podem originar-se de fraude *in eligendo*, de fraude *in vigilando*, de erro inescusável e de erro escusável, sendo que as duas modalidades de fraude não são intencionais, pois não são praticadas pela administração, mas pelos responsáveis pela governança, enquanto que os erros inescusáveis são intencionais e se revestem de características dolosas.

(D) também podem originar-se de fraude presumida, decorrente de culpa *in eligendo*, que ocorre quando se preenchem os quadros da empresa com funcionários destinados a praticar atos fraudulentos, ou de culpa *in vigilando*, que ocorre quando se exerce incentivo ou pressão sobre funcionários para que eles passem a praticar ou tolerar a prática de ato fraudulento.

(E) podem originar-se de fraude ou erro, sendo que o fator distintivo entre fraude e erro está no fato de ser intencional ou não intencional a ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis.

---

52. A NBC TA 240, que trata da Responsabilidade do Auditor em relação à fraude, no contexto da Auditoria das Demonstrações Contábeis, estabelece quais são os objetivos do auditor. De acordo com esta NBC, encontram-se entre os objetivos do auditor

(A) reparar, sempre que possível, distorções relevantes nas demonstrações contábeis, decorrentes de fraudes, minimizando as consequências para a empresa.

(B) identificar e avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, decorrente de fraude, bem como responder adequadamente face à fraude ou à suspeita de fraude identificada durante a auditoria.

(C) comunicar ao Ministério Público distorções relevantes nas demonstrações contábeis, decorrentes de fraudes, e, tratando-se de instituição ligada ao mercado de valores mobiliários, solicitar, justificadamente, a atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

(D) responder adequadamente face à fraude ou à suspeita de fraude identificada em relação a tributos não lançados ou não pagos, exceto quanto àqueles devidos na qualidade de responsável ou substituto tributário, comunicando o fato à Fazenda Pública interessada.

(E) obter evidências de auditoria sobre os riscos identificados de distorção relevante e decorrente de fraude, comunicando o resultado da auditoria ao Banco Central do Brasil, em prazo não superior a 30 dias, quando se tratar de evidências obtidas junto a instituições financeiras.

---

53. A NBC TI 01 disciplina a execução dos trabalhos de auditoria interna e estabelece que, relativamente

(A) à utilização do critério de amostragem, deve ser projetada e selecionada uma amostra que possa proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada, vedado o emprego deste critério relativamente ao pagamento de tributos e operações de aquisição de moeda estrangeira.

(B) ao planejamento da auditoria interna**,** deve-se cuidar para que os programas de trabalho sejam estruturados de forma a servir como guia seguro e meio padrão de controle de execução do trabalho, não podendo ser revisados ou atualizados, sob pena de rompimento da integridade e unicidade procedimentais.

(C) ao processamento eletrônico de dados**,** quando ele for utilizado pela entidade auditada, deverá ser providenciada, pelo próprio auditor detentor de conhecimento nesta área, em prazo não superior a 48 horas, cópia de todos os arquivos digitais encontrados, para fins de garantir a integridade e autenticidade das informações a serem analisadas.

(D) aos procedimentos da auditoria interna, eles se constituem de exames e investigações, incluindo testes substantivos e testes de observância, sendo que, na aplicação destes últimos, devem ser considerados, inclusive, procedimentos de inspeção, que consistem em verificação de registros, documentos e ativos tangíveis.

(E) aos riscos da auditoria interna, sua avaliação e seu dimensionamento estão dispensados, relativamente às pessoas jurídicas de direito público consideradas, por período ininterrupto, em situação de regularidade, nos cinco anos que antecedem o da auditoria que está por ser realizada.

54. A NBC TA 230 estabelece, no tocante especificamente à forma, conteúdo e extensão da documentação de auditoria, que o auditor deve preparar documentação de auditoria que seja suficiente para permitir que um auditor experiente, sem nenhum envolvimento anterior com a auditoria, entenda

(A) a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria executados para cumprir com as normas de auditoria e exigências legais e regulamentares aplicáveis, devendo registrar, inclusive, as características que identificam os itens ou assuntos específicos testados, vedados estes registros quando a entidade for instituição financeira.

(B) a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria executados, sendo obrigatório o registro da data em que foi concluída a auditoria, mas vedado o registro da pessoa que executou o trabalho, exceto quando houver determinação judicial específica nesse sentido.

(C) os resultados dos procedimentos de auditoria executados e a evidência de auditoria obtida, bem como a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria executados para cumprir com as normas de auditoria e exigências legais e regulamentares aplicáveis, devendo registrar, inclusive, quem revisou o trabalho de auditoria executado, bem como a data e extensão de tal revisão.

(D) assuntos significativos identificados durante a auditoria, as conclusões obtidas a respeito deles e os julgamentos profissionais significativos exercidos para chegar a essas conclusões, sendo facultativa a documentação da discussão destes assuntos, quando mantidas apenas com os responsáveis pela governança da entidade, mas vedada, em qualquer caso, a identificação da pessoa com quem as discussões ocorreram.

(E) assuntos significativos identificados durante a auditoria, as conclusões obtidas a respeito deles e os julgamentos profissionais significativos exercidos para chegar a essas conclusões, dispensada a documentação referente ao modo como foram tratadas as informações que se mostraram inconsistentes com a sua conclusão final.

---

55. A NBC TA 200, que estabelece os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria, definiu alguns termos e expressões de relevância para interpretação destas Normas. De acordo com a referida NBC TA 200,

(A) risco de auditoria é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.

(B) asseguração razoável é, no contexto da auditoria de demonstrações econômico-financeiras da entidade, a interpretação de dados desta natureza, flexibilizada pelo ceticismo profissional.

(C) risco de distorção relevante é o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto, com outras distorções.

(D) risco de detecção é o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria.

(E) ceticismo profissional é postura do auditor que reflete a maneira de processar, cautelosamente, informação expressa em termos financeiros, a respeito de eventos econômicos positivos ocorridos em períodos passados, relativamente a uma entidade específica.

Matemática Financeira

56. Para a obtenção de um empréstimo de R$ 100.000,00 a Cia. Flores Belas pagou à instituição financeira, na data da liberação dos recursos, R$ 1.500,00 de taxa de abertura de crédito e R$ 268,52 referentes a outras taxas. O prazo do empréstimo foi 2 meses e o principal e os juros foram pagos em uma única parcela na data do vencimento. Sabendo que a taxa de juros compostos cobrada pelo banco foi de 3% ao mês, a taxa efetiva de juros (custo efetivo) no período da operação foi de

(A) 3,00%.

(B) 6,00%.

(C) 6,09%.

(D) 8,00%.

(E) 7,86%.

57. A Cia. Construtora adquiriu um terreno para ser pago em 5 parcelas iguais de R$ 10.000,00, vencíveis em 30, 60, 90, 120 e 150 dias, respectivamente. Ao pagar a terceira parcela, a Cia. verificou que possuía condições financeiras para quitar as duas parcelas restantes. Sabendo que a taxa de juros compostos cobrada pela instituição financeira era de 4% ao mês, a equação que indica o valor que a Cia. deveria desembolsar para quitar o terreno, após pagar a terceira parcela e na data de vencimento desta, é

(A) $\text{Valor pago} = \frac{10.000}{(1{,}04)} + \frac{10.000}{(1{,}04)^2}$

(B) $\text{Valor pago} = \frac{20.000}{(1{,}04)^2}$

(C) $\text{Valor pago} = \frac{20.000}{(1{,}08)}$

(D) $\text{Valor pago} = 10.000 + \frac{10.000}{(1{,}04)}$

(E) $\text{Valor pago} = \frac{10.000}{(1{,}04)} + \frac{10.000}{(1{,}08)}$

58. Os Valores Presentes Líquidos (**VPL**) de quatro projetos de investimento, para diferentes Taxas Mínimas de Atratividade (**TMA**), são apresentados, em reais, no quadro a seguir:

TMA	Valores Presentes Líquidos (VPL)			
	Projeto A	Projeto B	Projeto C	Projeto D
0%	200,00	200,00	200,00	200,00
10%	60,33	36,66	15,15	5,84
12%	53,51	26,35	2,09	(8,12)
20%	29,17	(9,03)	(40,86)	(52,91)
30%	4,14	(42,97)	(79,21)	(91,33)

De acordo com as informações, é correto afirmar que

(A) a taxa interna de retorno do projeto **C** é maior do que a do projeto **A**.

(B) a taxa interna de retorno do projeto **D** é maior do que a do projeto **B**.

(C) o projeto **B** é economicamente viável, para todas as **TMA**.

(D) o projeto **C** é mais rentável que o projeto **B**, para qualquer **TMA**.

(E) o projeto **A** é mais rentável que o projeto **B**, para qualquer **TMA**.

59. Um determinado produto custa R$ 200,00 à vista, mas José deseja comprá-lo com pagamento a prazo. A menor taxa de juros simples mensal é obtida se optar por pagar

(A) uma parcela única de R$ 210,00 após um mês.

(B) uma parcela única de R$ 220,00 após dois meses.

(C) uma parcela única de R$ 228,00 após três meses.

(D) R$ 100,00 à vista e R$ 110,00 em uma única parcela após um mês.

(E) R$ 50,00 à vista e R$ 160,00 em uma única parcela após um mês.

60. A Cia. Endividada tinha que liquidar uma dívida no valor de R$ 200.000,00 em determinada data, porém precisou negociar a prorrogação do prazo de pagamento por não dispor de liquidez. O credor aceitou prorrogar o pagamento por 90 dias e negociou a remuneração com uma taxa de juros compostos de 2% ao mês. O valor devido pela Cia. Endividada, no final do prazo de prorrogação, foi, em reais,

(A) 212.000,00.

(B) 212.241,60.

(C) 208.080,00.

(D) 216.000,00.

(E) 216.486,43.

DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo IX: 3. A Prova Discursiva-Estudo de Caso destinar-se-á a avaliar o domínio técnico do conteúdo dos temas abordados, a coesão, a coerência e a argumentação, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo/área/especialidade. 4. A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de uma questão prática para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, a solução, e versará sobre conteúdos pertinentes aos Conhecimentos Específicos do cargo para o qual o candidato se inscreveu, constante do Anexo II, e adequados às atribuições do cargo/área/especialidade especificadas no Anexo I. 6. A prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos. 7. Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva a que se refere este Capítulo, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 7.1 A avaliação de expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido. 8. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 8.1. apresentar abordagem incorreta do conteúdo solicitado. 8.2. apresentar textos na forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; 8.3. for assinada fora do local apropriado; 8.4. apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 8.5. estiver em branco; 8.6. apresentar ilegível e/ou incompreensível; 10. Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites de número de linha estabelecidos, sob pena de perda dos pontos a serem atribuídos à Prova.

QUESTÃO 1

Do sistema contábil de um estado brasileiro foram extraídos os dados a seguir quanto às despesas correntes do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, referentes ao exercício financeiro de 2017, com valores em reais:

- Despesa orçamentária empenhada durante o exercício financeiro de 2017 classificada por elemento de despesa.
- Despesa que se refere ao elemento de despesa reconhecida no resultado patrimonial do exercício financeiro de 2017 conforme o regime de competência.
- Despesa orçamentária paga durante o exercício financeiro de 2017 classificada por elemento de despesa.

Elemento de Despesa	Despesa Empenhada	Despesa conforme o Regime de Competência	Despesa Paga
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	35.000.000,00	32.000.000,00	30.500.000,00
12 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar	6.000.000,00	5.900.000,00	5.500.000,00
13 – Obrigações Patronais	13.000.000,00	12.000.000,00	11.800.000,00
30 – Material de Consumo	9.000.000,00	8.500.000,00	8.900.000,00
34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização	1.200.000,00	1.100.000,00	1.000.000,00
36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.100.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00
43 – Subvenções Sociais	420.000,00	400.000,00	390.000,00
46 – Auxílio-Alimentação	1.200.000,00	1.200.000,00	1.100.000,00
94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	780.000,00	730.000,00	710.000,00

A Receita Corrente Líquida referente ao exercício financeiro de 2017, apurada de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, foi R$ 1.800.000.000,00.

Com base nessas informações, apresentando os cálculos que justifiquem a sua resposta, PEDE-SE:

a. O valor total da despesa orçamentária classificada no grupo de natureza da despesa Outras Despesas Correntes, e que impactou o resultado de execução orçamentária, conforme estabelece a Lei nº 4.320/1964, referente ao exercício financeiro de 2017.

b. O valor da despesa total com pessoal, referente ao exercício financeiro de 2017, e apurado de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000 para fins de verificação do atendimento do limite máximo da despesa total com pessoal do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado.

c. O valor do limite máximo da despesa total com pessoal referente ao exercício financeiro de 2017, determinado em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000, do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado.

d. Determinar se o Poder Legislativo (considerando em conjunto o Tribunal de Contas do Estado) estava, em 31/12/2017, impedido de criar cargo, emprego ou função.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	

RASCUNHO

35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO